

CTC - Centro de
Tecnologia
Canavieira S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em
30 de setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio
Piracicaba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreende o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de seis e três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informações suplementares para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto a revisão das Informações Trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro e 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/03/2017	Passivo	Nota	30/09/2017	31/03/2017
Caixa equivalentes de caixa	8	119.178	193.975	Fornecedores	16	10.725	14.666
Contas a receber	10	69.325	37.147	Empréstimos e financiamentos	19	46.301	45.887
Estoques		205	222	Impostos e contribuições a recolher		1.577	1.743
Impostos a recuperar	11	2.922	525	Salários, férias e encargos a pagar	17	17.229	19.181
Ativo biológico		267	1.031	Receitas a auferir e diferidas	18	2.930	2.930
Ativo fiscal corrente		8.000	3.281	Outras contas a pagar		416	452
Outras contas a receber	12	2.420	90.789				
Total do ativo circulante		202.317	326.970	Total do passivo circulante		79.178	84.859
Instrumentos financeiros	9	91.000	91.000	Empréstimos e financiamentos	19	163.351	182.354
Contas a receber	10	17.373	14.764	Fornecedores	16	2.704	3.735
Outras contas a receber	12	101.053	7.243	Provisão para processos judiciais	20	353	500
Impostos a recuperar	11	10.415	11.735				
Ativo fiscal diferido	13	26.294	26.134	Total do passivo não circulante		166.408	186.589
Total do realizável a longo prazo		246.135	150.876	Patrimônio líquido	21		
Imobilizado	14	132.920	137.225	Capital social		556.550	556.550
Intangível	15	220.595	197.887	Prejuízos acumulados		(169)	(15.040)
Total do ativo não circulante		353.515	335.112	Total do patrimônio líquido		556.381	541.510
Total do ativo		801.967	812.958	Total do passivo		245.586	271.448
				Total do passivo e patrimônio líquido		801.967	812.958

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intemediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis e três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		01/04/2017 a 30/09/2017 (6 meses)	01/07/2017 a 30/09/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)
Nota					
Receita operacional	24	64.374	34.637	65.697	40.388
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	25	(32.070)	(15.407)	(34.419)	(22.005)
Lucro bruto		32.304	19.230	31.278	18.383
Despesas administrativas e com vendas	25	(25.849)	(12.429)	(22.527)	(11.385)
Outras receitas (despesas) operacionais		(894)	(573)	(2.187)	(2.258)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.561	6.228	6.564	4.740
Despesas financeiras	26	(7.090)	(3.535)	(7.492)	(3.664)
Receitas financeiras	26	11.823	5.613	17.370	7.975
Financeiras líquidas	26	4.733	2.078	9.878	4.311
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.294	8.306	16.442	9.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	160	(885)	(1.671)	755
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	4.417	5.711	(4.155)	(3.875)
		4.577	4.826	(5.826)	(3.120)
Lucro líquido do período		14.871	13.132	10.616	5.931
Lucro líquido do período básico e diluído por ação	22	18.5454	16,3767	13,9684	7,8039

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis e três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 30/09/2017 (6 meses)	01/07/2017 a 30/09/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)
Lucro líquido do período	<u>14.871</u>	<u>13.132</u>	<u>10.616</u>	<u>5.931</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.871</u></u>	<u><u>13.132</u></u>	<u><u>10.616</u></u>	<u><u>5.931</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2016	456.897	(27.571)	429.326
Lucro líquido do período	-	10.616	10.616
Saldos em 30 de setembro de 2016	456.897	(16.955)	439.942
Saldos em 1º de abril de 2017	556.550	(15.040)	541.510
Lucro líquido do período	-	14.871	14.871
Saldos em 30 de setembro de 2017	556.550	(169)	556.381

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 30/09/2017	01/04/2016 a 30/09/2016
Lucro líquido do período	14.871	10.616
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	10.200	4.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.025	2.263
Provisão para processos judiciais	(147)	500
Provisões de juros	4.303	4.600
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	12.411
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(160)	1.671
Lucro líquido do período ajustado	31.092	36.408
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(36.812)	(26.840)
Redução em estoques	17	15
(Aumento) redução em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	(3.052)	1.790
(Aumento) em outras contas a receber	(5.183)	(3.563)
(Redução) em fornecedores	(4.972)	(2.650)
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	(166)	1.558
(Redução) aumento em salários, férias e encargos a pagar	(1.952)	(919)
(Redução) em outras contas a pagar	(35)	(479)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(52.155)	(31.088)
Impostos pagos	(2.238)	(1.622)
Juros pagos	(4.303)	(4.447)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades operacionais	(58.696)	(37.157)
Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)	-	27.255
Aquisições de imobilizado	(5.144)	(7.512)
Ativo biológico	-	(663)
Intangível	(23.985)	(22.935)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(29.129)	(3.855)
Integralização de capital	-	77.524
Empréstimos pagos	(18.064)	(12.926)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) decorrente das atividades de financiamentos	(18.064)	64.598
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(74.797)	59.994
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	193.975	116.628
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	119.178	176.622
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(74.797)	59.994

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 30/09/2017	01/04/2016 a 30/09/2016
Receitas	69.395	70.110
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	71.420	72.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.025)	(2.263)
Insumos adquiridos de terceiros	(17.094)	(27.230)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.188)	(5.061)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.906)	(9.792)
Custo de venda de tecnologia	-	(12.377)
Valor adicionado bruto	52.301	42.880
Depreciação e amortização	(10.200)	(4.347)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	42.101	38.533
Valor adicionado recebido em transferência	12.157	17.446
Receitas financeiras	11.823	17.370
Outras	334	76
Valor adicionado total a distribuir	54.258	55.979
Distribuição do valor adicionado	(54.258)	(55.979)
Pessoal	(29.828)	(25.369)
Remuneração direta	(15.530)	(17.276)
Benefícios	(12.881)	(6.659)
F.G.T.S.	(1.417)	(1.434)
Impostos, taxas e contribuições	(2.469)	(12.502)
Federais - PIS / COFINS	(7.030)	(6.644)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	4.577	(5.826)
Municipais	(16)	(32)
Remuneração de capitais de terceiros	(7.090)	(7.492)
Juros e despesas bancárias	(6.749)	(7.243)
Outras	(341)	(249)
Remuneração de capital próprio	(14.871)	(10.616)
Lucro líquido do período	(14.871)	(10.616)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vêm através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e de listagem e admissão a negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 14 de novembro de 2017.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- **Nota 15** - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota 30** - Arrendamentos mercantis operacionais.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6.b (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6.c (iii)** - Vida útil do intangível;

- **Nota 13** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota 20** - Provisão para processos judiciais

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* “CFO”.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - Contas a receber;
- **Nota explicativa 19** - Empréstimos e financiamento;
- **Nota explicativa 27** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização pelo método de juros efetivos é incluída na rubrica Resultado financeiro na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anual de depreciação para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada 30/09/2017	Taxa média ponderada 30/09/2016
Máquinas e equipamentos	13%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	31%	20%
Veículos	23%	20%
Edifícios e Benfeitorias	5%	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Finep	7%	7%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
<i>Projetos de pesquisa & desenvolvimento</i>	12 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

Desde o exercício/período anterior, iniciou-se a amortização dos projetos levando em conta o prazo máximo o tempo de vigência da patente, 15 anos.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, e o valor puder ser estimado com segurança.

h. Receita operacional

(i) Receitas de royalties

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação da Companhia em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

(ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

l. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

m. Ativos arrendados

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

7 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informações financeiras IASB) aplicáveis às informações trimestrais

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 (CPC 48) nas demonstrações financeiras da Companhia para a safra 2018/19 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas nos referidos anos, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) com base em sua posição em 31 de março de 2017 ocorridas na safra 2017/18 no âmbito da IAS 39 (CPC 48).

A Companhia adotará a IFRS 9 (CPC 48) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de março de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, duplicatas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Em 31 de março de 2017, a Companhia não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. Quando da adoção da IFRS 9 (CPC 48), caso a Companhia venha a ter ativos com a referida classificação, a Companhia poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR.

- (ii) **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**
A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), as perdas estimadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável tendem a aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9 (CPC 48), caso o ambiente econômico que os clientes da Companhia estão inseridos não se recupere ou se mantenha em patamares abaixo do Grau de Investimento.

A Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9 (CPC 48), assim nenhuma expectativa quantitativa foi apurada.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A Empresa está efetuando uma avaliação preliminar e estará preparado para atender aos novos requisitos da IFRS 9 (CPC 48), quando da sua adoção.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 - Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

(v) Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas apenas quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Dessa forma, não identificamos até o momento ajustes materiais no reconhecimento da receita para essa modalidade de venda, contudo, certos contratos com clientes possuem compromissos que a Companhia irá reconhecer como ativo uma vez que espera recuperar esses custos, de acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não é esperado alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimentos das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(vi) **Venda de serviços**

A Companhia reconhece as receitas com royalties sobre as variedades de cana-de-açúcar, utilizando-se do método linear, tendo como base o plantio multiplicado pelo valor definido em contrato firmado entre as partes. O faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra, caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado como “receitas diferidas” no passivo circulante.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de terras, máquinas e veículos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/03/2017
Caixa e bancos	207	229
Aplicações financeiras	<u>118.971</u>	<u>193.746</u>
	<u>119.178</u>	<u>193.975</u>

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9 Instrumentos financeiros

	30/09/2017	31/03/2017
Aplicações financeiras	91.000	91.000

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

10 Contas a receber

	30/09/2017	31/03/2017
Clientes	25.936	29.540
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	76.573	43.093
Total (nota explicativa nº 27)	102.509	72.633
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(6.367)	(8.572)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.444)	(12.150)
Total (nota explicativa nº 27)	(15.811)	(20.722)
	86.698	51.911
Circulante	69.325	37.147
Não circulante	17.373	14.764

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 27.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

11 Impostos a recuperar

	30/09/2017	31/03/2017
IRRF sobre aplicação	8.200	6.882
Outros impostos a recuperar	54	50
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS	2.523	2.768
	13.337	12.260
Ativo circulante	2.922	525
Ativo não circulante	10.415	11.735

12 Outras contas a receber

	30/09/2017	31/03/2017
Despesas antecipadas (i)	10.458	7.244
Aumento de capital - partes relacionadas (notas explicativas nº 28 e 21) (ii)	90.595	90.595
Outras contas a receber	2.420	193
	103.473	98.032
Ativo circulante	2.420	90.789
Ativo não circulante	101.053	7.243

- (i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.
- (ii) Em 07 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 99.654, com a emissão de 41.869 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do referido montante, houve a integralização parcial de R\$ 9.059 até 31 de março de 2017, correspondente a 3.806 ações, o que resultou em prorrogação do prazo de subscrição das ações faltantes, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia. Em 03 de abril de 2017, na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi prorrogado para 02 de maio de 2017 o prazo para subscrição das 38.063 ações referentes ao aumento de capital, porém até a presente data, não ocorreu a integralização e não houve nova deliberação do prazo para a subscrição das referidas ações, razão pela qual a Companhia reclassificou para o ativo não circulante deu início ao processo de arbitragem. Atualmente o processo encontra-se em fase de manifestação das partes, e no seu curso normal de andamento.

13 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

	31/03/2017	Reconhecidos no resultado (6 meses)	30/09/2017
Prejuízo fiscal e base negativa	9.353	1.762	11.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.045	(1.670)	5.376
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	5.091	-	5.091
Provisão participação nos lucros	3.952	(1.615)	2.337
Diferenças temporárias	693	1.523	2.216
Imposto diferido líquido	26.134	160	26.294

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/09/2017 (6 meses)	30/09/2016 (6 meses)
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>10.294</u>	<u>16.442</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(3.500)	(5.590)
Adições e exclusões permanentes (i)	8.007	(236)
	<u> </u>	<u> </u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u><u>4.577</u></u>	<u><u>(5.826)</u></u>
Alíquota Efetiva	13%	35%
Imposto diferido	160	(1.671)
Imposto corrente	<u>4.417</u>	<u>(4.155)</u>
	<u><u>4.577</u></u>	<u><u>(5.826)</u></u>

- (i) As exclusões refere-se substancialmente ao incentivo fiscal da Lei do Bem “P&D”. A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

14 Imobilizado

Custo ou custo atribuído:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Saldo em 31 de março de 2016	25.380	3.024	5.228	9.940	-	16.849	2.002	98.215	-	-	160.638
Adições	1.102	35	35	755	-	-	-	2.306	1.992	1.287	7.512
Baixas	(61)	-	-	-	-	-	-	(12.377)	-	-	(12.438)
Transferências	1.568	-	17	-	-	-	-	141	(1.726)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2016	27.989	3.059	5.280	10.695	-	16.849	2.002	88.285	266	1.287	155.712
Saldo em 31 de março de 2017	111.301	2.797	3.990	14.826	1.571	22.063	2.002	3.394	-	2.560	164.504
Adições	1.243	79	164	125	-	-	-	2.517	209	807	5.144
Baixas	-	-	-	(1.761)	-	-	-	(16)	-	-	(1.777)
Transferências	-	32	-	7	-	-	-	(6)	(33)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	112.544	2.908	4.154	13.197	1.571	22.063	2.002	5.889	176	3.367	167.871
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2016	(7.207)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	-	(5.339)	-	-	-	-	(21.812)
Depreciação no período	(1.334)	(150)	(356)	(889)	-	(608)	-	-	-	-	(3.337)
Baixa de depreciação	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
Saldo em 30 de setembro de 2016	(8.514)	(1.326)	(3.763)	(5.572)	-	(5.947)	-	-	-	-	(25.122)
Saldo em 31 de março de 2017	(11.773)	(1.042)	(2.670)	(5.267)	(15)	(6.512)	-	-	-	-	(27.279)
Depreciação do período	(5.335)	(131)	(601)	(2.098)	(54)	(704)	-	-	-	-	(8.923)
Baixas	-	-	-	1.251	-	-	-	-	-	-	1.251
Saldo em 30 de setembro de 2017	(17.108)	(1.173)	(3.271)	(6.114)	(69)	(7.216)	-	-	-	-	(34.951)
Saldo em 31 de março de 2017	99.528	1.755	1.320	9.559	1.556	15.551	2.002	3.394	-	2.560	137.225
Saldo em 30 de setembro de 2017	95.436	1.735	883	7.083	1.502	14.847	2.002	5.889	176	3.367	132.920

Ativos penhorados

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b (iii).

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa 19.

15 Intangível

	Software	Custos com pesquisa & desenvolvimento	Total
Custo ou custo atribuído:			
Saldo em 31 de março de 2016	11.771	160.371	172.142
Adições	276	22.659	22.935
Saldo em 30 de setembro de 2016	12.047	183.030	195.077
Saldo em 31 de março de 2017	13.086	192.041	205.127
Adições	146	23.839	23.985
Saldo em 30 de setembro de 2017	13.232	215.880	229.112
Amortização			
Saldo em 31 de março de 2016	(4.872)	-	(4.872)
Amortização do período	(961)	(49)	(1.010)
Saldo em 30 de setembro de 2016	(5.833)	(49)	(5.882)
Saldo em 31 de março de 2017	(6.889)	(351)	(7.240)
Amortização do período	(936)	(341)	(1.342)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(7.825)	(692)	(8.517)
Saldo em 31 de março de 2017	6.197	191.690	197.887
Saldo em 30 de setembro de 2017	5.407	215.188	220.595

As adições do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	31/03/2017	Adições	30/09/2017
Projetos Melhoramento Convencional	87.853	6.098	93.951
Projetos Melhoramento Transgênico	69.236	17.741	86.977
Projeto Etanol Celulósico	34.952	-	34.952
	<u>192.041</u>	<u>23.839</u>	<u>215.880</u>

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Projeto melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

Projeto melhoramento genético com emprego de biotecnologia

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.
- As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

Projeto etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

16 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	30/09/2017	31/03/2017
Fornecedores nacionais	9.776	14.872
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (nota explicativa nº 16)	604	491
Fornecedores estrangeiros	3.049	3.038
Total	13.429	18.401
Circulante	10.725	14.666
Não circulante	2.704	3.735

17 Salários, férias e encargos a pagar

	30/09/2017	31/03/2017
Provisão de férias e encargos	5.671	4.656
Provisão de 13º salário e encargos	2.900	975
Participação no programa de gestão por metas	6.870	11.622
INSS a recolher	1.045	1.182
IRRF sobre salários	468	508
FGTS a recolher	244	235
Outros	31	3
	17.229	19.181

18 Receitas a auferir e diferidas

Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na Nota Explicativa nº 1, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos Anuais	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		30/09/2017	31/03/2017
					Alienação fiduciária de Ativo		
Finame	R\$	3,6%	2013	2019	Imobilizado	507	618
FINEP	R\$	4%	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	163.181	177.868
BNDES	R\$	3,5%	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	36.564	39.615
BNDES	R\$	TJLP	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	9.400	10.140
						209.652	228.241
Passivo circulante						46.301	45.887
Passivo não circulante						163.351	182.354

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Ano safra de vencimento	
Até 12 meses	46.301
Entre 13 e 24 meses	37.190
Entre 25 e 36 meses	37.077
Entre 37 e 48 meses	40.192
Entre 49 e 60 meses	35.461
Acima de 60 meses	13.431
	<hr/>
	209.652
	<hr/>

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia não sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

20 Provisão para processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2017, foi provisionado o montante de R\$ 353 (R\$ 500 em 30 de setembro de 2016), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face as perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária e trabalhista em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos de risco possível no montante de R\$ 38.078 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2017) e processos cíveis que são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 8.943 (R\$ 219 em 31 de março de 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

21 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 556.550 (idêntico em 31 de março de 2017), representado por 801.870 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aumento Capital

Vide detalhes sobre o aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de março de 2017 na nota explicativa nº 12.

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

22 Lucro líquido por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	30/09/2017 (6 meses)	30/09/2016 (6 meses)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	14.871	10.616
Média ponderada de ações em circulação (b)	801.870	760.001
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	18,5454	13,9684

23 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações contábeis intermediárias, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “Royalties”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as informações contábeis intermediárias e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

24 Receita operacional

	01/04/2017	01/07/2017	01/04/2016	01/07/2016
	a	a	a	a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
	(6 meses)	(3 meses)	(6 meses)	(3 meses)
Receitas de <i>royalties</i>	15.560	8.957	11.318	6.341
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	52.813	29.195	43.724	23.091
Receitas de serviços	380	49	475	96
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	-	-	408	134
Outras receitas	-	-	14.006	14.006
Outros - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	2.667	424	2.442	950
Impostos	(7.046)	(3.988)	(6.676)	(4.230)
Total	64.374	34.637	65.697	40.388

25 Despesas operacionais por natureza

	01/04/2017 a 30/09/2017 (6 meses)	01/07/2017 a 30/09/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)
Despesas com pessoal	(29.829)	(13.842)	(25.369)	(12.134)
Custo dos itens relativos a receita com transferência de tecnologia	-	-	(12.377)	(12.377)
Serviços contratados	(9.925)	(5.560)	(7.216)	(3.034)
Despesas com materiais	(1.981)	(1.002)	(1.370)	(774)
Depreciação e amortização	(10.200)	(4.319)	(4.347)	(2.199)
Despesas gerais	(5.984)	(3.113)	(6.267)	(2.872)
	<u>(57.919)</u>	<u>(27.836)</u>	<u>(56.946)</u>	<u>(33.390)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(32.070)	(15.407)	(34.419)	(22.005)
Despesas administrativas	(25.849)	(12.429)	(22.527)	(11.385)
	<u>(57.919)</u>	<u>(27.836)</u>	<u>(56.946)</u>	<u>(33.390)</u>

26 Financeiras líquidas

	01/04/2017 a 30/09/2017 (6 meses)	01/07/2017 a 30/09/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 30/09/2016 (6 meses)	01/07/2016 a 30/09/2016 (3 meses)
Receita com aplicações financeiras	11.895	5.292	18.059	8.762
Variação cambial (líquida)	(72)	321	(689)	(787)
Receitas financeiras	<u>11.823</u>	<u>5.613</u>	<u>17.370</u>	<u>7.975</u>
Despesas bancárias	(2.445)	(1.197)	(2.725)	(1.368)
Juros sobre empréstimos	(4.304)	(2.108)	(4.517)	(2.229)
Outras despesas financeiras	(341)	(230)	(250)	(67)
Despesas financeiras	<u>(7.090)</u>	<u>(3.535)</u>	<u>(7.492)</u>	<u>(3.664)</u>
	<u>4.733</u>	<u>2.078</u>	<u>9.878</u>	<u>4.311</u>
Financeiras líquidas	<u>4.733</u>	<u>2.078</u>	<u>9.878</u>	<u>4.311</u>

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Informações contábeis intermediárias em
30 de setembro de 2017

30 de setembro de 2017

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	118.971	-	-	118.971	-	118.971	-	118.971
Aplicações financeiras	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	207	-	207	207	-	-	207
Contas a receber	-	86.698	-	86.698	-	86.698	-	86.698
Outras contas a receber	-	103.473	-	103.473	-	103.473	-	103.473
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	209.652	209.652	-	209.652	-	209.652
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	13.429	13.429	-	13.429	-	13.429
Outras contas a pagar	-	-	416	416	-	416	-	416

31 de março de 2017

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	193.746	-	-	193.746	-	193.746	-	193.746
Instrumentos financeiros	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	229	-	229	229	-	-	229
Contas a receber	-	51.911	-	51.911	-	51.911	-	51.911
Outras contas a receber	-	98.032	-	98.032	-	98.032	-	98.032
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	228.241	228.241	-	228.241	-	228.241
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	18.401	18.401	-	18.401	-	18.401
Outras contas a pagar	-	-	452	452	-	452	-	452

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 30 de setembro de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

Ativos	Nota	30/09/2017	31/03/2017
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	207	229
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	8	118.971	193.746
Instrumentos financeiros	9	91.000	91.000
Contas a receber	10	86.698	51.911
Outras contas a receber	12	<u>103.473</u>	<u>98.032</u>
		<u>400.349</u>	<u>434.918</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das informações contábeis intermediárias para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	30/09/2017	31/03/2017
A vencer	44.868	45.911
Vencido de 1 a 30 dias	36.317	1.027
Vencido de 31 a 60 dias	6.025	2.120
Vencido de 61 a 90 dias	3.029	17
Vencido de 91 a 180 dias	3.779	6.238
Vencido de 181 a 360 dias	2.305	4.562
Vencido acima de 360 dias	<u>6.182</u>	<u>12.758</u>
Total (nota explicativa nº10)	<u>102.509</u>	<u>72.633</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(6.367)	(8.572)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.444)</u>	<u>(12.150)</u>
Total (nota explicativa nº10)	<u>(15.811)</u>	<u>(20.722)</u>
	<u>86.698</u>	<u>51.911</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte:

	30/09/2017	31/03/2017
Saldo inicial do período	20.722	14.335
Reversão - terceiros	(2.424)	5.375
Reversão - partes relacionadas	<u>(2.487)</u>	<u>-</u>
Saldo final do período	<u>15.811</u>	<u>20.722</u>

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);
- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, limite de crédito nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

30 de setembro de 2017	Fluxo		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 96
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	13.429	13.429	10.725	1.352	1.352	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	209.652	235.439	48.052	40.032	41.407	46.569	42.628	16.751

31 de março de 2017	Fluxo		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 100
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	18.401	18.401	14.6666	2.190	1.545	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	228.241	260.445	57.102	38.646	40.089	41.664	43.340	39.605

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil	
		30/09/2017	31/03/2017
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		13.429	18.401
Empréstimos e financiamentos		209.652	218.101
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	209.971	284.746
Empréstimos e financiamentos	TJLP	9.400	10.140

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 209.971 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 9.400 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/09/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	209.171	Redução CDI	11,53	24.117	8,64	18.088	5,77	12.059
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	9.400	Redução TJLP	7,0	(658)	5,25	(494)	3,5	(329)
Resultado financeiro projetado				23.459		17.595		11.730
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		(5.865)		(11.730)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/09/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	209.171	Aumento CDI	11,53	24.117	14,41	30.148	17,3	36.176
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	9.400	Aumento TJLP	7,0	(658)	8,75	(822)	10,5	(987)
Resultado financeiro projetado				23.459		29.324		35.189
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		(5.865)		(11.730)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez estão demonstrados abaixo:

	30/09/2017	31/03/2017
Ativo circulante	202.317	326.970
Passivo circulante	79.178	84.859
Índice de liquidez	2,55	3,85

28 Partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

O Controlador final são formados pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no período a título de remuneração foram R\$ 4.128 (R\$ 3.586 em 30 de setembro 2016).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas. para os respectivos tipos de operações:

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Informações contábeis intermediárias em
30 de setembro de 2017

Ativo circulante	30/09/2017	31/03/2017
Contas a receber (a)		
Ferrari Agroindustrial S.A.	10.306	11.567
Grupo São Martinho	6.107	697
Grupo Virgolino de Oliveira	5.827	6.085
Grupo Biosev	5.075	2.194
Usina Açucareira Ester S.A.	4.295	4.749
Grupo Bunge	3.496	7
Pedra Agroindustrial	3.428	-
Grupo Raizen	3.386	1
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	3.222	2.583
Usina Santa Fé S.A.	2.502	2.066
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	2.424	1.665
Usina Ipiranga De Açúcar E Álcool S.A.	2.071	-
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	2.006	44
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1.858	57
Usina Santa Rosa S.A.	1.728	-
Grupo Eth	1.505	501
Grupo Alto Alegre	1.231	-
Tonon Bioenergia S.A.	1.174	542
Jalles Machado S.A.	1.141	1.060
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.114	794
Nova America Agricola Ltda	1.052	435
Grupo Baldin	988	938
Grupo Adecoagro	854	590
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	826	937
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	716	402
Grupo Bp	671	675
Grupo Tereos	665	883
Usina Santo Antônio S.A	634	-
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	620	3
J. Pilon Açucar E Alcool	589	-
Usina São Francisco S.A	585	-
Della Coletta Bioenergia S.A.	578	380
Usina Trapiche S.A	539	369
Zilor	483	-
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	471	450
Usina Uberaba S.A.	346	-
Grupo Unialco	276	219
Usina Melhoramentos	237	93
Noble Do Brasil S.A	228	448
Usina Santa Adelia S.A.	190	181
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	173	158
Wd Agroindustrial Ltda	170	282
Usina Açucareira São Manoel S.A.	162	184
Usina Maringa	111	107
Companhia Muller de Bebidas	100	200
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	86	352
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	70	60
Usj - Açucar E Alcool S.A.	68	-
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	59	-
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	53	31
Usina Santa Lucia S.A.	49	43
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	21	61
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	7	-
	76.573	43.093
Outras contas a receber (f) - nota explicativa 12		
Aumento de capital - BNDES	90.595	90.595
	90.595	90.595
Passivo		
Contas a Pagar (b)		
Copersusar S.A.	491	491
Usina Açucareira São Manoel S.A.	85	-
Ggrupo São Martinho	28	-
	604	491
Passivo circulante:		
Outras contas a pagar (c)		
Grupo Raizen	96	-
Jalles Machado S.A.	60	-
	156	-

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Informações contábeis intermediárias em
30 de setembro de 2017

Resultado:	30/09/2017	30/09/2016
Receitas (Notas Explicativas Nº 24 (a))		
Grupo São Martinho	7.159	6.352
Grupo Biosev	5.077	3.423
Grupo Raízen	4.479	4.133
Grupo Bunge	3.496	2.029
Pedra Agroindustrial	3.428	3.328
Jalles Machado S.A.	2.728	2.009
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	2.070	2.042
Grupo Tereos	2.025	1.285
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	2.006	1.933
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Álcool	1.858	1.664
Grupo Adecoagro	1.427	1.125
Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	1.314	860
Grupo Eth	1.310	926
Grupo Alto Alegre	1.232	1.119
Grupo Bp	1.205	601
Noble Do Brasil S.A	1.194	719
Nova America Agrícola Ltda	977	868
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	973	856
Grupo Virgolino De Oliveira	943	889
Usina Açucareira Ester S.A.	814	811
Usina Santa Fé S.A.	757	674
Usina Açucareira Furlan S.A.	717	590
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	638	478
Usina Santo Antônio S.A	634	647
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	620	608
J. Pilon Açúcar E Álcool	589	552
Usina São Francisco S.A	585	433
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	548	483
Ferrari Agroindustrial S.A.	498	14.338
Zilor	483	311
Usina Santa Adelia S.A.	393	353
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	361	322
Usina Açucareira São Manoel S.A.	352	301
Usina Melhoramentos	346	178
Usina Uberaba S.A.	346	238
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	226	100
Usina Maringa	220	210
Della Coletta Bioenergia S.A.	198	158
USJ - Açúcar E Álcool S.A.	196	207
Dacalda Açúcar E Álcool Ltda	181	159
Grupo Baldin	176	208
Usina Trapiche S.A	166	14
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	154	106
Wd Agroindustrial Ltda	124	114
Usina Santa Lucia S.A.	107	85
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	59	64
Santa Vitória Açúcar E Álcool Ltda	48	28
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	36	35
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	6	6
Acucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	9
Brazcana Agroindustrial S.A.	-	337
Clealco Açúcar E Álcool S.A.	-	694
Copersusar S.A.	-	5
Energética Serranópolis Ltda	-	2
Grupo Unialco	-	321
Tonon Bioenergia S.A.	-	679
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	-	13
Usina Santa Rosa S.A.	-	211
Usina São Luiz S.A.	-	11
Total	55.479	60.580
<i>Royalties</i>	52.813	43.724
Outros	2.667	2.442
Serviços	-	408
Receita Transferência Tecnologia	-	14.006
Total (Notas Explicativas Nº 24)	55.480	60.580

- (a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

- (b) Outras contas a Receber
Valores relacionados ao aumento de capital social conforme mencionado nas notas explicativas nº12 e nº21.
- (c) Fornecedores de Serviços e Arrendamentos
A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços prestados são efetuados pela própria usina arrendatária.

29 Seguros

A Companhia possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia.

Em 30 de setembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 36.000 para danos materiais e R\$ 37.000 para responsabilidade civil.

30 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	30/09/2017	31/03/2017
Até um ano	2.944	2.944
Acima de um ano - Até cinco anos	11.775	14.720
Mais de cinco anos	17.172	15.700
	<u>31.891</u>	<u>33.364</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/09/2017 (6 meses)	30/09/2016 (6 meses)
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.627	2.594

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração

Conselheiros

Luís Roberto Pogetti
Pedro Isamu Mizutani
Fábio Venturelli
Jaime José Stupiello
Jucelino Oliveira de Sousa
Martus Tavares
Luiz de Mendonça
Otavio Laje de Siqueira Filho
Pedro Wongtschowski
Fernando de Castro Reinach
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

Diretoria Executiva

Diretor-superintendente
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores
William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Evandro Rodrigues Ferreira
CRC 1SP270523/O-7